



# PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ DE MINAS

## MINAS GERAIS

LEI Nº 1345, DE 11 DE JUNHO DE 2025

**ALTERA A LEI N. 1052/2019 QUE DISCIPLINA AS DIRETRIZES FUNDAMENTAIS PARA A APLICABILIDADE DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE ITAÚ DE MINAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

A Câmara Municipal de Itaú de Minas, Estado de Minas Gerais, por seus representantes aprovou e eu, Norival Francisco de Lima, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º Fica acrescido o artigo 71-A à Lei Municipal nº1052/2019, que passa a ter a seguinte redação:**

"Art. 71-A-O Conselho Tutelar será estruturado em uma Coordenadoria que será assim composta:

- I - Coordenadoria;
- II - Plenário;
- III - O Conselheiro;
- III - Os Auxiliares.

§ 1º - O Conselho Tutelar de Itaú de Minas terá uma Coordenadoria composta por um Coordenador, um Vice Coordenador e um Secretário, que serão escolhidos pelos seus pares, em reunião interna, logo após a posse do Colegiado, com mandato de nove meses e assim sucessivamente, não sendo admitida a recondução.

§ 2º - São atribuições do Coordenador:

- I - convocar ordinária e extraordinariamente as reuniões do Conselho Tutelar;
- II - representar o Conselho judicial ou extrajudicialmente e emitir a opinião do órgão quando solicitado;
- III - presidir e coordenar as reuniões, tomando parte nas discussões, decidindo com o voto de qualidade os casos de empate nas votações;
- IV - decidir soberanamente as questões de ordem, reclamações e solicitações em plenário;
- V - cumprir e fazer cumprir as normas regimentais e deliberações do Conselho, bem como garantir a execução de planos de trabalho;
- VI - assinar, isoladamente ou em conjunto com o secretário, as correspondências oficiais do Conselho Tutelar.
- VII - elaborar junto dos demais conselheiros tutelares a escala de atendimento, de plantões, cronograma de visitas as entidades do município, participação em reuniões ou eventos e





# PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ DE MINAS

## MINAS GERAIS

encaminhá-la ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Itaú de Minas;

VIII - enviar mensalmente ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente a escala de plantões dos Conselheiros;

IX - encaminhar ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente os pedidos de licença dos membros do Conselho Tutelar, com as justificativas devidas;

X - encaminhar ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, até 30 (trinta) dias antes, a relação de férias dos membros do Conselho Tutelar e dos funcionários lotados no Órgão;

XI - zelar para que os casos recepcionados pelo Conselho Tutelar sejam devidamente formalizados em livro ou ficha apropriado, com anotação de dados essenciais à sua verificação e posterior solução, bem como, acompanhar e cobrar o registro dos mesmos, no SIPIA - Sistema de Informação da Infância e Adolescência.

XII - distribuir os casos aos Conselheiros, de acordo com uma sequência previamente estabelecida entre estes, respeitadas às situações de dependência, especialização ou compensação;

XIII - participar do rodízio de distribuição de casos, realização de diligências, fiscalização de entidades e da escala de plantão;

XIV - avaliar o uso e requisitar materiais e bens, conforme necessidade e solicitar com a antecedência, junto à Secretaria competente, o material de expediente necessário ao contínuo e regular funcionamento do Conselho Tutelar.

### § 3º - Compete ao Vice Coordenador:

I - substituir o Coordenador nas suas ausências ou impedimentos;

II - participar das discussões e votações nas sessões plenárias;

III - participar das comissões, em caráter especial, quando indicado pelo Coordenador;

### § 4º - Compete ao Secretário:

I - manter sob sua supervisão todos os documentos do Conselho;

II - prestar as informações que forem requisitadas ao CMDCA e expedir documentos e resoluções;

III - estabelecer as conexões necessárias relativas às decisões do Plenário;

IV - acompanhamento dos trabalhos administrativos realizados pelo Conselho;

V - executar as determinações da Presidência e deliberações da Plenária;

VI - os assentos de atas de reuniões ordinárias e extraordinárias e de posse dos membros do Conselho e da Coordenadoria;

VII - oferecer apoio operacional e administrativo ao CMDCA.

VIII - manter registro atualizado de todas as entidades e programas de atendimento a crianças e adolescentes existentes no município;

§ 5º - O plenário do Conselho Tutelar se reunirá, periodicamente e se fará por meio de sessões ordinárias e extraordinárias, cujas regras deverão estar dispostas em seu regimento.





# **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ DE MINAS**

## **MINAS GERAIS**

**§ 6º** - As funções dos conselheiros, o desenvolvimento de suas atividades e demais responsabilidades deverão estar inserido no Regimento Interno.

**§ 7º** - São auxiliares do Conselho Tutelar os técnicos e servidores designados ou postos à disposição pelo Poder Público.”

**Art. 2º** Esta lei deverá ser regulamentada, no que couber, no Regimento Interno do Conselho Tutelar, por proposta do CMDCA e do Conselho Tutelar e homologado por Decreto do Executivo Municipal.

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Itaú de Minas, em 11 junho de 2025.

**NORIVAL FRANCISCO DE LIMA**  
**PREFEITO MUNICIPAL**